

Guita Grin Debert
UNICAMP

Família e Gerações oferece um caleidoscópio muito interessante de diferentes experiências que caracterizam a vida familiar de grupos sociais distintos, vivendo em diferentes situações no Brasil e na França. Trata-se, por isso, de uma coletânea de artigos imprescindível para sofisticar nossa reflexão sobre a família e o sentido que essa instituição adquire nas sociedades contemporâneas. Essa é uma tarefa muito importante porque todos nós sabemos que a família é um elemento central para pensarmos no que é a vida social e em seus problemas. Contudo, os significados que ela pode assumir em diferentes contextos são tratados de uma maneira muito impressionista, como se a família nuclear fosse uma instituição natural, universal e imutável. Quando a atenção se volta para as elevadas taxas de divórcios, de recasamentos e para a diversidade de formas de coabitação, a família é tratada como uma instituição numa crise de tal envergadura que a própria vida social estaria ameaçada. Em contraposição, quando se pensa em políticas públicas e em formas de combater a pobreza e a exclusão social, os programas de renda mínima familiar ou de fortalecimento da agricultura familiar indicam que a família emerge não apenas como um refúgio num mundo sem coração, mas também como a instituição capaz de garantir a integração social e o acesso dos cidadãos aos direitos de cidadania.

Família e Gerações exige uma revisão dos exageros em relação à vida familiar. Com artigos que são em sua grande maioria frutos de resultados de pesquisa qualitativas, que com rigor puseram em ação o instrumental antropológico, o livro nos transporta para um universo extremamente rico e variado de situações.

Tendo como cenário o Rio de Janeiro, o primeiro capítulo retrata as diferenças no modo como duas gerações de mulheres elaboram suas trajetórias através de lembranças e projetos de vida. Diferenças dadas pela classe social, local de moradia e outras clivagens sociológicas não impedem que certas semelhanças sejam identificadas com muita sensibilidade por Myriam Lins de Barros. O trabalho para as mulheres mais velhas e a universidade para as mais jovens são exemplos dos caminhos buscados por cada uma

das gerações para se posicionarem como indivíduos autônomos em relação ao que é chamado, pelas entrevistadas, de “o mundinho” das interações limitadas e opressivas na família e na vizinhança. Lins de Barros nos presenteia assim com mais uma etnografia que complementa o conjunto de trabalhos que a transformaram numa referência obrigatória na antropologia da família.

No segundo capítulo somos levados a Paris. Como entender os filhos adultos que não querem sair da casa dos pais? É essa a questão que organiza a pesquisa feita por Elsa Ramos com 50 jovens franceses de modo a compreender como eles constroem “a sua casa na casa dos pais”. Num momento em que os jovens, especialmente os estudantes em diferentes partes do mundo, parecem prorrogar indefinidamente a juventude, trata-se de mostrar como se dá a negociação das regras que permitem a convivência numa única residência das diferentes gerações de adultos da mesma família. O artigo obriga seus leitores a operarem uma comparação com a realidade brasileira e com o modo como o prolongamento da juventude se faz, particularmente, nos setores médios da nossa população. Esse prolongamento é, surpreendentemente, concomitante a um encurtamento da vida adulta, que tende a se desfazer com a criação de uma série de etapas intermediárias de envelhecimento como a “meia idade”, a “aposentadoria ativa”, a “terceira idade”.

É para essas formas de reinvenção do envelhecimento que o artigo de Andréa Moraes Alves está voltado. Traçando paralelos entre etnografias realizadas em diferentes cidades do país vemos idosos prontos a romperem com as convenções tradicionais que vêem a velhice como um momento de conformismo e retraimento. Bailes, esportes, ginásticas e participação ativa em programas para a terceira idade dão a imagem de um mundo em ebulição que rompe as fronteiras da vida familiar. É uma geração de mulheres de classe média que busca novas formas de sociabilidade em que a produção do corpo feminino é valorizada e ganha uma visibilidade que desafia a maneira como a velhice é pensada tanto pelas gerações mais velhas como pelas mais novas.

Teorias sobre o significado da família e particularmente da família brasileira são apresentadas no capítulo que segue. As transformações históricas por que passa a família patriarcal são contrapostas à família moderna, na qual as relações de parentesco são despidas dos deveres e obrigações tradicionais. É possível pensar na família sem relações de autoridade e poder? Boa parte da crítica feminista ao tratamento dado pela literatura sociológica à família está empenhada em mostrar como a idéia de complementaridade de papéis sociais, de fato, encobre formas de poder e dominação de gênero. Entretanto, na opinião de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, autora do capítulo, as relações tendem a ser mais igualitárias nas sociedades contemporâneas. Mesmo no que diz respeito à relação entre pais e filhos, em que há um desequilíbrio de poder, quanto mais a criança se transforma em adulto relações hierárquicas perdem sentido. A família moderna, desse ponto de vista, vem alterando as formas de relação entre as diferentes gerações, que são cada vez mais baseadas na troca, na co-operação, na cumplicidade e no afeto entre seus membros.

Essa visão romantizada da vida familiar moderna, que está presente em políticas públicas voltadas para a família, é bombardeada nos dois últimos capítulos da coletânea.

Parry Scott, no quinto capítulo, analisa o Programa de Saúde da Família problematizando a relação entre as equipes de profissionais de classe média e os moradores das regiões mais pobres das cidades atendidos pelos programas de saúde. As dissonâncias e tensões que emergem nesse encontro são descritas através da justaposição da percepção

biomédica – fundada na divisão da população por idades – e os objetivos do programa que propõe atender a uma “família ordenada” nos setores mais pobres da população. A dificuldade de levar em conta a complexidade das relações familiares e entre as gerações nos bairros pobres faz com que a família almejada pelos programas seja reformatada incluindo e excluindo participantes. Em nome dessa família, o programa segrega os jovens e os adultos do sexo masculino. As ações se voltam exclusivamente para as mães e seus bebês, não havendo lugar, nessa política, para os adolescentes homens nem para adultos mais velhos que estão fora da esfera da reprodução.

A recriação da família ideal – nuclear, unida e solidária – é também o tema do último capítulo. Simoni Lahud Guedes e Michelle da Silva Lima descrevem com muita sensibilidade os conflitos envolvidos nas ações de uma cooperativa habitacional – planejada e financiada por uma organização não governamental – para autoconstrução de casas em bairros de classes populares em Niterói e São Gonçalo. Sabemos que a autoconstrução é uma das poucas estratégias disponíveis aos setores mais pobres da população para a conquista da casa própria. A ONG, ao estimular os mutirões através de cooperativas habitacionais, acaba por ter um papel central na criação do ideal de harmonia da comunidade e da família, que são os núcleos-chaves para o fornecimento da mão-de-obra. Essa comunidade e família ideais projetadas pela ONG chocam-se com a vizinhança e a família real, criando conflitos e obrigando a negociações quase que cotidianas do cumprimento das horas de trabalho e das formas como elas serão cumpridas.

Olhar com atenção o que ocorre nas relações familiares é crucial num momento em que uma nova agenda moral tem questionado a dependência em relação ao Estado e a preocupação com os custos financeiros das políticas sociais levam a uma nova ênfase na família e na comunidade, que passam então a serem vistas como agências capazes de solucionar uma série de problemas sociais. Essa volta da família é preocupante porque durante muito tempo as políticas públicas tinham um conteúdo paternalista que impedia o questionamento da integridade da família como instância privilegiada para arcar com o cuidado de seus membros. Esse paternalismo é abalado nos anos 70, com os movimentos de denúncia da violência doméstica contra a criança e a mulher que de modo muito semelhante ocorreram em diferentes países. A criação das delegacias da mulher é um exemplo evidente desse abalo e do tipo de respostas que ele acarretou. As delegacias do idoso e as da criança e do adolescente são outras manifestações que com veemência mostram que a família não é o reino da proteção e segurança para filhos, maridos e esposas de diferentes gerações. Não é à toa que Luiz Eduardo Soares, nos debates sobre a violência urbana que empreendeu, considerou que é em casa que a mulher e a criança correm maior risco, e que Heleith Saffiotti ponderou que a família é para as mulheres um grupo perigoso.

Surpreende, portanto, que nas últimas duas décadas uma nova agenda moral transforme a família numa forma de combater os gastos excessivos e a ineficiência das organizações estatais e de propiciar avanços em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Família e Gerações, ao oferecer um quadro vigoroso da multiplicidade de formas de família, exige que uma atenção redobrada seja investida na avaliação dos significados e, sobretudo, dos usos da família.

Guita Grin Debert é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora do CNPq e do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, da UNICAMP.